

PLANO INSTRUCIONAL

I. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Título:	Curso Direito e Religião aplicados aos julgados do TJDF
Modalidade:	(x) A distância com aula síncrona () A distância com tutoria () Autoinstrucional () Webinar () Presencial
Carga horária total:	20 horas-aula
Data e horário	5, 10, 12, 17,19 e 24/02/2025, das 8h30 às 10h30
Público-alvo:	Magistrados do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, vagas remanescentes e Servidoresdo TJDF
Número de Vagas	30

II. IDENTIFICAÇÃO DO(S) DOCENTE (S)

Nome completo:	Dra. Geilza Fatima Cavalcanti Diniz
Matrícula/CPF:	313293
E-mail:	geilza@tjdf.jus.br
Telefone:	
Minicurrículo (máx. 10 linhas):	
<p>Doutora em Direito pelo Centro Universitário de Brasília - UniCEUB (2014). Mestra em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2002). Juíza de Direito do TJDF. Professora Associada do Mestrado e Doutorado em Direito do Centro Universitário de Brasília (UniCeub). Coordenadora da Escola de Administração Judiciária (TJDF - 2015/atual). Professora de Tutela dos Direitos Difusos e Coletivos (UniCeub), Direito Penal e Processual Penal e Direitos Humanos (Escola Superior da Magistratura do DF, IDP, UniCEUB, UniDF). Principal área de interesse e experiência: Direito Público.</p>	

Nome completo:	Ministro Ives Gandrah
Matrícula/CPF:	313293
E-mail:	geilza@tjdf.jus.br
Telefone:	
Minicurrículo (máx. 10 linhas):	
<p>Jurista brasileiro de destaque, com uma carreira sólida tanto na academia quanto no judiciário. Formou-se em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Mestrado pela Universidade de Brasília (UnB) e doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Exerceu atividades docentes, contribuindo para a formação de novos juristas. É Ministro do Tribunal Superior do Trabalho desde 1999, ocupando um dos mais altos cargos da Justiça do Trabalho brasileira. Ao longo de sua trajetória no TST, ocupou diversos cargos de liderança, como Presidente e Vice-Presidente da Corte, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho e Presidente de Turmas. Teve papel fundamental na construção da jurisprudência trabalhista brasileira, participando ativamente da análise e julgamento de casos complexos e de grande impacto social. Atuou como Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão responsável pela fiscalização e correição dos tribunais brasileiros. Além de sua atuação no judiciário, Ives Gandra Filho também é autor de diversas publicações acadêmicas,</p>	

contribuindo para o debate sobre temas relevantes do Direito do Trabalho. Recebeu diversos prêmios e honrarias em reconhecimento à sua contribuição para o Direito e para a Justiça do Trabalho.

III. INFORMAÇÕES INSTRUCCIONAIS

JUSTIFICATIVA

Dworkin mencionava que o juiz poderia se deparar com os chamados “hard cases”, casos que não encontrariam solução na lei e na jurisprudência, e para os quais seria necessária uma atuação e argumentação jurídica diferenciada.

De fato, presenciemos casos que abordam questões relacionadas à liberdade religiosa e valores pessoais nas pautas judiciais e exigem decisões fundamentadas, equilibradas e que não dispensem a racionalidade jurídica.

Muito embora o Estado seja laico, a Constituição assegura o direito e a liberdade de crença religiosa ao cidadão. Assim sendo, cumpre a justiça a missão de analisar e equilibrar tais valores postos em confronto e submetidos à apreciação do Estado, a fim de garantir a todos que recorrem ao judiciário a proteção de seus direitos, segundo uma hierarquia de valores individuais e coletivos.

São temas de grande relevância, relacionados à religião que, atualmente, surgem nos processos judiciais e demandam análises cuidadosas e éticas. Essas questões tocam direitos fundamentais e envolvem valores que, muitas vezes, desafiam a aplicação pura e simples da lei, exigindo dos magistrados e servidores um entendimento profundo das implicações religiosas, sociais e éticas que permeiam cada caso.

O curso “Direito e Religião” traz o tema para reflexão e o Tribunal de Justiça do DFT se antecipa, para levantar o debate e proporcionar o aperfeiçoamento técnico e ético de magistrados e servidores do Tribunal na temática, capacitando-os a examinar situações adversas e recorrentes para enfrentar com justeza litígios que envolvem a intersecção entre normas jurídicas e convicções religiosas

OBJETIVO GERAL

Ao final da solução educacional, as pessoas participantes deverão ser capazes de identificar as intersecções da religião na esfera do direito, com vistas a instrumentalizá-los com habilidades crítica na tomada de decisão, mediante exercício da argumentação jurídica para a solução dos litígios do TJDF que envolvam temas sensíveis relacionados à crença.

AULA 1 – Tema: Direito Natural

DATA DA AULA SÍNCORNA: 05/02/2025 8h30 ÀS 10h30	Carga horária: 2h de aula síncrona	Materiais no AVA Sim () Não (x)
---	--	--

OBJETIVO(S) ESPECÍFICO(S)	CONTEÚDO(S)
<ul style="list-style-type: none"> - Identificar os princípios fundamentais do Direito Natural e suas relações com o Direito Positivo e a Filosofia do Direito. - Analisar casos concretos em que o Direito Natural pode orientar a tomada de decisão judicial. - Argumentar de maneira fundamentada sobre a relevância do Direito Natural na resolução de litígios sensíveis. 	<ul style="list-style-type: none"> - Introdução ao Direito Natural: Conceito, evolução histórica, e relevância no contexto jurídico atual. - Fundamentos Filosóficos: Princípios universais, relação com direitos humanos e o papel da racionalidade. - Relação com o Estado Laico: Compatibilidade com a laicidade e influências religiosas nos princípios naturais. - Aplicação na Argumentação Jurídica: Uso do Direito Natural em casos sensíveis e na análise de conflitos de valores. - Filosofia do Direito e Decisões Judiciais

METODOLOGIA(S)
<p>Aula síncrona 1º momento: 1h30 Aula síncrona com estudo da doutrina a partir de casos emblemáticos e de jurisprudência, com utilização de slides e formulação de enquetes para aquecimento dos debates. 2º momento: 30 min Abrir a palavra para debate, perguntas e respostas. Valor: 5 pontos</p>

RECURSOS INSTRUCIONAIS
<p>Plataforma Teams. Utilização de slides e de enquetes (perguntas rápidas sobre o tema).</p>

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
<p>Participação na aula, valendo 5 pontos. Total: 5 pontos</p>

AULA 2 – Tema: Aborto

DATA DA AULA SÍNCRONA: 10/02/2025 8h30 ÀS 10h30	Carga horária: 2h de aula síncrona e 1h30 de AVA	Materiais no AVA Sim (x) Não ()
---	---	--

OBJETIVO(S) ESPECÍFICO(S)	CONTEÚDO(S)
<ul style="list-style-type: none"> - Analisar situações de aborto em casos de estupro envolvendo vítimas menores de idade, identificando e avaliando os conflitos de 	<ul style="list-style-type: none"> - O aborto permitido em caso de estupro segundo a legislação brasileira (Art. 128 do Código Penal).

interesses entre os genitores e os direitos da menor.

- Argumentar de forma crítica e fundamentada sobre os desafios éticos, jurídicos e sociais relacionados ao tema, propondo soluções.

- Direitos da menor vítima: integridade física, dignidade humana e autonomia limitada.
- Responsabilidades dos genitores e tutores legais na decisão.
- Racionalidade jurídica e direitos fundamentais.
- Conflito entre os direitos fundamentais: direito à vida, liberdade religiosa e proteção da infância
- Aborto em caso de estupro de vulnerável com colisão de interesses dos genitores da vítima.

METODOLOGIA(S)

Aula síncrona

1º momento: 1 hora

Aula síncrona com estudo da doutrina a partir de casos emblemáticos e de jurisprudência, com utilização de slides e formulação de enquetes para aquecimento dos debates.

2º momento: 1 hora

Abrir a palavra para debate, perguntas e respostas.

Valor: 5 pontos

Aula assíncrona

3º momento: Atividade no AVA: 1h30

Responder à pergunta norteadora do debate realizado em aula, sobre o caso concreto.

Valor: 10 pontos.

RECURSOS INSTRUCIONAIS

Plataforma Teams. Utilização de slides e de enquetes (perguntas rápidas sobre o tema). Casos concretos e jurisprudência.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Participação na aula, valendo 5 pontos.

Resposta a questão formulada no AVA, valendo 10 pontos.

Total: 15 pontos

AULA 3 – Tema: Autorização para cremação e descarte de embriões e Ortotanásia

DATA DA AULA SÍNCRONA: 12/02/2025 8h30 ÀS 10h30	Carga horária: 2h de aula síncrona e 1h30 de AVA	Materiais no AVA Sim (x) Não ()
---	---	--

OBJETIVO(S) ESPECÍFICO(S)	CONTEÚDO(S)
----------------------------------	--------------------

- Analisar casos de autorização judicial para cremação e descarte de embriões congelados.
- Discutir sobre o impacto das crenças religiosas nas decisões judiciais relacionadas à cremação e descarte de embriões congelados.
- Analisar casos de ortotanásia, avaliando os conflitos entre opiniões médicas, os interesses da família e os direitos do paciente.

- Autorização judicial nos casos de cremação e descarte de embriões congelados.
- Conceito de ortotanásia.
- Autorização judicial para ortotanásia.
- Colisão de interesses médicos e da família do paciente.

METODOLOGIA(S)

Aula Assíncrona

1º momento: Aula assíncrona: 1h30

Leitura prévia da legislação e de jurisprudência sobre o tema, como preparação para a aula e resposta a questão norteadora do tema que será debatido na aula.

Aula Síncrona

2º momento: 1 hora

Aula expositiva com estudo da doutrina, de casos emblemáticos e de jurisprudência, com utilização de slides e formulação de perguntas no chat para aquecimento dos debates.

3º momento: 1 hora

Abrir a palavra para debates, perguntas e respostas.

Valor: 5 pontos

RECURSOS INSTRUCIONAIS

Plataforma Teams. Utilização de slides e perguntas (enquetes) para fomentar o debate e para nortear a discussão.

Texto para leitura prévia e AVA.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Participação no debate em aula.

Total: 5 pontos

AULA 4 – Tema: Liberdade de Expressão Religiosa

DATA DA AULA SÍNCRONA: 17/02/2025 8h30 ÀS 10h30	Carga horária: 2h de aula síncrona e 2h de AVA	Materiais no AVA Sim (x) Não ()
---	---	--

OBJETIVO(S) ESPECÍFICO(S)	CONTEÚDO(S)
<ul style="list-style-type: none"> - Analisar casos jurídicos onde há conflito entre liberdade de expressão religiosa e possível ofensa a grupos vulneráveis. - Identificar situações em que a Religião impacta na liberdade de expressão e possíveis ofensas a grupos de vulneráveis. - Avaliar os limites da liberdade de expressão 	<ul style="list-style-type: none"> - Colisão de direitos entre liberdade de expressão religiosa e possível ofensa a grupos vulneráveis. - Limites da Liberdade de Expressão.

religiosa em casos que envolvam ofensas a grupos vulneráveis, propondo soluções.

METODOLOGIA(S)

Aula Assíncrona

1º momento: Atividade no AVA: 2h

Postar no Fórum de debates no AVA, um caso real da mídia ou um julgado, que envolva o tema da aula Liberdade de Expressão e responder à pergunta norteadora.

Valor: 20 pontos

Aula Síncrona

2º momento: 1 hora

Aula expositiva com estudo da doutrina, de casos emblemáticos e de jurisprudência, com utilização de slides.

3º momento: 1 h

A partir de uma situação hipotética sobre o tema da aula os alunos deverão analisar quais são os problemas reais e desafiadores expostos na situação, para desenvolver pensamento crítico e solução ao problema.

Os participantes serão divididos em grupos para apontarem os desafios encontrados e possíveis soluções para o julgador. No retorno à plenária, deverão pontuar as soluções encontradas.

Valor: 5 pontos

RECURSOS INSTRUCIONAIS

Utilização de slide. Plataforma do Teams.

Postagem no Fórum do AVA antes da aula síncrona.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Participação na aula, 5 pontos

Postagem no AVA, 20 pontos

Total: 25 pontos

AULA 5 – Tema: Transfusão de sangue

DATA DA AULA SÍNCRONA:
19/02/2025 8h30 ÀS 10h30

Carga horária: 2h de aula síncrona e 1h30 de AVA

Materiais no AVA
Sim (x) Não ()

OBJETIVO(S) ESPECÍFICO(S)	CONTEÚDO(S)
<ul style="list-style-type: none"> - Analisar decisões judiciais e a legislação brasileira sobre situações de transfusão de sangue, identificando os conflitos entre liberdade religiosa, direito à vida e deveres médicos. - Avaliar os impactos éticos e jurídicos, bem como os impactos para os pacientes, das recusas e da própria transfusão de sangue baseadas em crenças religiosas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Transfusão de sangue com colisão de interesses médicos e da família de paciente Testemunha de Jeová. - A liberdade religiosa como direito fundamental: limites e proteções no contexto jurídico brasileiro. - Situações práticas de conflito entre liberdade religiosa e a preservação da vida em contextos de saúde.

	<ul style="list-style-type: none"> - Reflexos sociais e pessoais das decisões judiciais sobre transfusão de sangue e liberdade religiosa. - Consequências jurídicas para familiares, profissionais de saúde e instituições hospitalar
--	---

METODOLOGIA(S)

Aula síncrona

1º momento: 1 hora

Aula expositiva com estudo da doutrina, de casos emblemáticos e de jurisprudência, com utilização de slides e de enquetes para aquecimento dos debates.

2º momento: 1 hora

Apresentar uma situação problema e propor um exercício de argumentação individual para solucionar o caso. Palavra aberta para comentários, perguntas e respostas.

Valor: 5 pontos

Aula assíncrona

3º Momento: atividade no AVA : 1h30

Postar no AVA a resposta opinativa à situação problema discutida na aula.

Valor: 20 pontos

RECURSOS INSTRUCIONAIS

Utilização de slide. Plataforma do Teams. Enquetes no chat.

Atividade no AVA para postagem da resposta formulada após a discussão na aula síncrona.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Participação na aula, valendo 5 pontos.

Realizar a atividade do AVA. 20 pontos

Total: 25 pontos

AULA 6 – Tema: Injúria racial/injúria por motivo de crença

DATA DA AULA SÍNCRONA: 24/02/2025 8h30 ÀS 10h30	Carga horária: 2h de aula síncrona e 1h30 de AVA	Materiais no AVA Sim (x) Não ()
---	---	--

OBJETIVO(S) ESPECÍFICO(S)	CONTEÚDO(S)
<ul style="list-style-type: none"> - Analisar casos jurídicos de injúria racial com contornos religiosos, bem como os conflitos entre liberdade religiosa e proteção a grupos vulneráveis. - Propor soluções que promovam o equilíbrio entre a liberdade de crença e o combate à discriminação racial. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conceitos de injúria racial e racismo no Direito Brasileiro (artigos do Código Penal e da Constituição Federal). - Diferença entre injúria racial e racismo: implicações legais e sociais. - Injúria racial com conteúdo religioso. - Conflitos entre liberdade de expressão religiosa e proteção contra discriminação racial.

- Argumentar sobre decisões judiciais relacionadas a injúria racial com elementos religiosos.

METODOLOGIA(S)

Aula Síncrona

1º momento: 1 hora

Aula expositiva com estudo da doutrina, de casos emblemáticos e de jurisprudência, com utilização de slides e formulação de enquete no chat.

2º momento: 1 hora

Apresentar um caso emblemático, para debate baseado em legislação, princípios e jurisprudência. Discussão do caso internacional (Vini Jr).

Valor: 5 pontos

Aula assíncrona

3º momento: atividade no AVA 1h30

Análise individual de caso proposto em aula e postagem da resposta no AVA. Estudo de caso internacional (Vini Jr).

Valor: 20 pontos

RECURSOS INSTRUCIONAIS

Plataforma do Teams, utilização de slides, AVA. Enquetes no chat

Casos emblemáticos de injúria racial envolvendo práticas ou expressões religiosas.

Decisões de tribunais superiores (STF e STJ) sobre conflitos entre liberdade religiosa e injúria racial.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Participação na aula, valendo 5 pontos.

Resposta no AVA, valendo 20 pontos

Total: 25 pontos

BIBLIOGRAFIA

Básica	Complementar
<p>Barcellos, A. P. (2002). "A Eficácia Jurídica dos Princípios Constitucionais: O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana". Revista Renovar.</p> <p>Canotilho, J. J. G. (2003). "Direito Constitucional e Teoria da Constituição". Coimbra: Almedina.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sarlet, I. W. (2005). "Dimensões da Dignidade: Ensaios de Filosofia do Direito e Direito 	<p>Machado, L. Z. (2013). "Aborto e Religião: A Influência das Crenças Religiosas no Debate Público". Revista Brasileira de Ciências Sociais.</p> <p>Azevedo, R. & Efreim Filho, R. (2021). "Valores Religiosos e Políticas Públicas sobre Aborto". Revista de Sociologia e Política.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Barroso, L. R. (1998). "Liberdade de Expressão, Censura e Controle da



Constitucional". *Porto Alegre: Livraria do Advogado.*

- **FINNIS, John.** *Natural Law and Natural Rights.* 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- **FINNIS, John.** *Fundamentals of Ethics.* Washington, D.C.: Georgetown University Press, 1983.
- **FINNIS, John.** *Ensaio.* Editora Molokai, 2023.
- **DINIZ, Geilza.** *Direitos Humanos e Liberdade Religiosa.* Senado, 2015.

Programação de Televisão na Constituição de 1988". *Temas de Direito Constitucional.*

- **Mendes, G. F. (1994).** "Colisão de Direitos Fundamentais: Liberdade de Expressão e de Comunicação e Direito à Honra e à Imagem". *Revista de Informação Legislativa.*
- **Barroso, L. R. (2006).** "Gestação de Fetos Anencefálicos e Pesquisas com Células Tronco: Dois Temas Acerca da Vida e da Dignidade na Constituição". *Direitos Fundamentais: Estudos em Homenagem ao Professor Ricardo Lobo Torres.*
-